**TERRA E AGRICULTURA NAS RELAÇÕES ENTRE A CHINA E PAÍSES AFRICANOS: UM ESTUDO SOBRE PARCERIA E CONFLITO EM ANGOLA**

**Eje temático**: 9

**Apellido y nombre**: Lins, Hoyêdo Nunes; Filho, Luísa Correia

**Pertenencia institucional:** Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina

**Dirección de correo electrónico:** hnlins55@gmail.com; filholuisa@gmail.com

**1 Introdução**

Situada na costa ocidental da África, Angola tinha população de 25,8 milhões em 2014, mais de ¼ concentrados em Luanda, a capital. Como outros países africanos, Angola tem recebido grandes investimentos chineses, uma manifestação dos quais é o empreendimento sino-angolano denominado Jiangzhou Agriculture, Lda., na Província do Huambo, precisamente no Município da Tchicala Cholohanga (perto do centro geográfico do país, conforme a Figura 1). Tal província tem população estimada de 2 milhões, a maioria residindo na zona rural.

Figura 1 – Angola: localização da Província do Huambo



Fonte: Angola( 2017)

Tchicala Cholohanga dista 42 quilômetros da sede da província. Seus 104 mil habitantes se distribuem em quatro comunas: Mbave, Samboto, Tchicala e Sambo, localizando-se na última a fazenda Jiangzhou Agriculture, Lda., adjacente à aldeia do Sachitemo. As comunidades rurais representam 52% da população, e as principais atividades econômicas referem-se à agropecuária, favorecida pelas condições climáticas e a alta fertilidade do solo. Rico em minerais e recursos hídricos – é origem dos rios Keve, Kuvango e Cunene (este na área da Jiangzhou) –, o território registra plantio de milho, feijão, batata, soja, trigo e hortícolas diversas, ao lado da pecuária bovina, caprina e ovina.

Atributos como esses fazem a área canalizar ações de investidores estrangeiros. Os chineses sobressaem fortemente, como em todo o país, com financiamentos ou investimentos na construção de infraestruturas ligadas principalmente ao setor energético. É cada vez maior, todavia, a atenção para o setor agrícola nessas iniciativas, como ilustrado pelo empreendimento da Jiangzhou na Tchicala Cholohanga.

Essa parceria sino-angolana é o foco deste estudo. O objetivo, ao lado da contextualização da investida chinesa na África e particularmente em Angola, é descrever o empreendimento e discutir alguns de seus aspectos, sobretudo a disputa pela terra com a população nativa, assim como as condições de trabalho impostas. Na base figuram pesquisa bibliográfica e documental e trabalho de campo, ocorrido em janeiro de 2018 (contatos com trabalhadores locais da empresa para detectar possibilidades de informações) e em setembro de 2018, com 26 entrevistas: agricultores da aldeia do Sachitemo (13); trabalhadores nacionais da Jiangzhou (10); chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), do Ministério da Agricultura (1); chefe interino do Instituto Nacional de Cereais (INCER), do Ministério da Agricultura (1); diretora da Organização Não Governamental (ONG) ADRA – Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (1). Também representaram fontes o advogado que defende os interesses dos agricultores e a Rádio MAIS, emissora local que disponibilizou depoimentos gravados sobre a fazenda.

**2 Uma nota sobre a presença chinesa na África subsaariana**

As reformas iniciadas por Deng Xiaoping nos anos 1970 levaram a China, décadas depois, ao posto de segunda maior economia no mundo, com grande projeção internacional. Esse percurso se baseou sobretudo em diplomacia e capacidade financeira, além da irrecusável força industrial e comercial do país. Nesse processo, a China se aproximou crescentemente da África, e o continente passou a exibir considerável importância no progressivo destaque mundial da economia chinesa.

Essas relações começaram em abril de 1955, na Conferência de Bandung (Indonésia), com 29 países de Ásia e África. O objetivo da conferência era estimular a cooperação econômica e cultural afro-asiática, em ambiente distinto do que marcava o envolvimento de Estados Unidos e (a então) União Soviética, que disputavam influência no marco da Guerra Fria. A visão em Bandung era que as potências do norte oprimiam os países do sul, inibindo o seu desenvolvimento, razão pela qual atribuiu-se realce à cooperação sul-sul nas 10 disposições sobre as relações internacionais então enunciadas com base na Carta das Nações Unidas de 1945.

A China passou a representar para a África opção ao Ocidente quanto às interações internacionais, apesar das controvérsias. De fato, as relações sino-africanas constituíram, na esteira de Bandung, uma nova abordagem sobre o desenvolvimento nesse continente. As questões econômicas têm prevalecido nesses vínculos, refletindo sobretudo o interesse da China por recursos naturais: por exemplo, urânio no Níger, fosfatos no Marrocos, petróleo em Angola, Sudão e Nigéria, ouro na Líbia e no Chade, manganês e minério de ferro na Argélia, coltan no Congo (Kinshasa). Esse interesse repercute em investimentos chineses em infraestruturas em vários países, principalmente no setor energético, como em barragens e estações hidroelétricas,

Desde o final dos anos 1990, cresceram o comércio e os investimentos chineses implicando os países africanos, no contexto da política chinesa *Going Global,* que exibe portfólio de muitos projetos de infraestruturas e incentivos para promover a internacionalização das empresas daquele país. As ações correspondentes têm incluído financiamentos e facilitação de processos administrativos, com apoio fiscal e empréstimos, para investimentos diretos no exterior.

Não faltam críticas ao que alguns veem como neocolonialismo na África, mas as posições dos autores são variadas, como se observa em Hodzi (2018), Xu *et al* (2016), Chen (2018), Dreher *et al* (2017), Jin e Gallagher (2018). De todo modo, para vários líderes políticos africanos a China é um “parceiro sincero”, representando “[...] alternativa mais confiável aos investimentos mais tradicionais, comparativamente aos países ocidentais” (XINHUA NEWS, 2018, S.p). Isso atrai tanto mais porque (a chamada) “tragédia africana”, amargada desde os anos 1970, tem sido atribuída às ações ocidentais, mormente dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2002).

A expressão “tragédia africana”, assinale-se, não é fortuita. Nos anos 1980 e 1990, prescrições de política equivocadas, notadamente por consultores e instituições ocidentais com atuação internacional, nada representaram praticamente, para equacionar a vertiginosa associação entre turbulências políticas e regressão socioeconômica (SUB-SAHARAM..., 1996). Assim, perto da virada do século, quase 1/3 dos países ao sul do Saara vivenciavam guerras civis ou com vizinhos (A CONTINENT..., 1998), numa espiral de devastação econômica, corrupção e descrédito das instituições (THE HEART..., 2000). A posição dos povos africanos no mapa das desigualdades de desenvolvimento em nível mundial só fez crescer (BRIE, 1997).

A cooperação China-África apresenta duas formas básicas: a multilateral, que abrange o conjunto dos países envolvidos nos fóruns de cooperação, e a bilateral, exibindo relações da China com cada país. Na primeira, as relações ocorrem pelo Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e pelo Fórum para Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, também designado Fórum de Macau. O FOCAC, instituído em 2000, constitui esfera de consulta e diálogo coletivo, e, como primeiro fórum desse tipo nas relações sino-africanas, representa um grande passo nessa cooperação e mesmo um modelo em cooperação sul–sul (VISENTINI, 2013).

Segundo Chen (2018), ao combinar ajuda oficial e créditos de exportação, a China desafia o modo de financiamento ao desenvolvimento dos países industrializados – visto como doação do Norte – e adota instrumento baseado simultaneamente no Estado e no mercado. A maioria dos empréstimos assim concedidos dirigiu-se às regiões em desenvolvimento, figurando cinco países africanos entre os vinte principais tomadores no período 2000-2014: Nigéria, Etiópia, Gana, Mali e Angola, que ocupa o 8º lugar na lista total (CHEN, 2018; DREHER *et al*, 2017).

A agricultura sobressai nas relações sino-africanas. Esse destaque transparece no fato de que mais de 40 empresas chinesas compraram 253 mil hectares de terra em 23 países africanos entre 1987 e 2016; desse total, 41% dizem respeito a Camarões. Essa investida não acontece por acaso, haja vista as mudanças socioeconômicas e mesmo, em certo sentido, culturais que o país asiático vem apresentando. Nas últimas décadas, uma urbanização foi observada, com caudalosas migrações campo-cidade (YERGIN, 2014). Ao mesmo tempo, registra-se aumento da poluição química do solo e da água, pressionando tais recursos. A necessidade de alimentar mais de 1/5 da população mundial articula-se ao desafio das mudanças nos hábitos alimentares ligadas à maior urbanização e ao aumento da renda, expressas em maior consumo de proteína animal (carne bobina, suína e de aves), com reflexos nos grãos (soja, milho).

Assim, a questão da segurança alimentar provoca intensificação na busca chinesa por terras no exterior para cultivos (KLARE, 2013) Nessa projeção, a África tem figurado com grande destaque, pois a China enxerga no continente uma importância estratégica, pelas condições e circunstâncias (BRÄUTIGAM, 2015). Contudo, não se deve superestimar a incidência dessas ações, conforme argumental Buckley (2012) e Smaller, Wei e Yalan (2012), entre outros motivos porque há discrepâncias, em diferentes casos, entre os investimentos anunciados e os concretizados (Bräutigam, 2015). Além disso, os investimentos chineses em terras no exterior também refletem a percepção de outras oportunidades de negócios (em energia renovável, por exemplo), segundo Cotula *et al.* (2009).

Seja como for, além da compra de terras, outra forma de engajamento de empresas chinesas na agricultura africana refere-se à cooperação técnica, pela construção de centros de demonstração de tecnologias agrícolas (ATDCs, sigla para *Agricultural Technology Demonstration Centers*), considerados um modelo alternativo de busca de sustentabilidade nessa ajuda externa. Foram 23 os países africanos que receberam ATDCs, cujas principais atividades incluem treinamento e demonstração de tecnologias agrícolas, além do cultivo de grãos. Embora envolvidos com tecnologia, integram processo social e político em curso no continente africano (XU et *al.*, 2016).

A China tem enviado técnicos agrícolas e pessoal para treinamento na África, um aspecto das relações sino-africanas representativo do *soft power* chinês no continente (BRÄUTIGAM; ZHANG, 2013). Também cresceu a cooperação cultural e educacional, pela concessão de bolsas para estudantes e capacitação para técnicos dos governos africanos (MENEZES, 2013). Em 2015, mais de 160 agrônomos chineses haviam passado ao menos dois anos em países africanos, analisando os desafios do setor agrícola e as oportunidades na troca agricultura-tecnologia entre China e África.

A China também mira o aprendizado da sua língua pelos africanos, pois a comunicação tem representado esfera de problemas (BUCKLEY *et al*., 2017). Reportagem da alemã Deutsche Welle mostrou que em Ruiro, ao norte da capital do Quênia, crianças e adolescentes estão aprendendo o mandarim; em Moçambique, iniciou-se a construção de um centro cultural Moçambique-China; em Cabo Verde, o ensino de mandarim encontra-se disponível desde 2017 em escolas no 9º ano do ensino fundamental, mudando situação em que só estudantes universitários tinham acesso (VRIES, 2018).

O conhecimento sobre a política externa chinesa para a África cresce com pesquisas sobre relações bilaterais específicas, observando os reflexos de longo prazo nas estruturas políticas e econômicas implicadas. Como maior parceiro comercial da China na África, e anfitrião de cerca 250 mil migrantes chineses (SCHMITZ, 2018), Angola representa uma significativa experiência nesse sentido.

**3 Angola no roteiro africano da China**

Conversações em 1983 desencadearam o processo de relacionamento diplomático entre Angola e China, para cooperação econômica, comercial e social. Dez anos depois, em situação de queda do preço do petróleo, a China passou a importar esse recurso de Angola, interrompendo a aproximação desta com Taiwan. Com a paz no país africano, atingida em abril de 2002 após conflito armado em todo o período pós-independência (desde 1975), a reconstrução das principais infraestruturas angolanas emergiu como prioridade. Perante a recusa ocidental sobre concessão de financiamento, a cooperação econômica entre Angola e China ganhou forte impulso desde novembro de 2003, inclusive porque no contexto da guerra o país fora, em boa medida, saqueado (ANGOLA’S..., 1995). Recursos financeiros chineses foram canalizados ao Programa de Reconstrução Nacional angolano, com vários projetos de desenvolvimento econômico e social, envolvendo principalmente infraestruturas (ANGOLA, 2015).

Representou pilar estratégico desse processo o financiamento via instituições como o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Exportação-Importação da China. Criou-se linha de crédito de US$ 3 bilhões para a reconstrução angolana, inaugurando modelo de troca de recursos do país parceiro (Angola) por infraestruturas instaladas (pela China): melhorias em portos, rodovias, ferrovias e minas foram pagas com produtos primários, sem gerar dívidas. Esse instrumento ganhou espaço na política externa chinesa para o continente africano (CARMO, 2013), embora as motivações para tais acordos variassem conforme os traços de cada país e os interesses chineses específicos (ABI-HABIB, 2018). O arranjo financeiro geralmente inclui o uso de mão de obra chinesa nos países africanos, intensificando as migrações (BRÄUTIGAM, 2015), o que, dado o grande desemprego, não deixa de provocar situações conflituosas envolvendo a população local, como observado em Angola.

A linha de crédito concedida a Angola tem implicado banco em Hong Kong que, em convênio com o Banco Nacional de Angola, avalia o montante para cada projeto de investimento (MENEZES, 2013). Grande parte desse financiamento se dirige ao setor energético, mormente à construção de barragens, destacando-se o projeto da barragem de Caculo–Cabaça, localizada na bacia do médio Kwanza, província do Kwanza Norte, iniciado em agosto de 2017. De estimados US$ 4,5 bilhões, o contrato prevê aumento da capacidade de produção elétrica do país para 9.000 Mwe.

A maior intensidade imprimida aos vínculos comerciais China-Angola teve reflexos nas economias de ambos os países. O petróleo se destaca nesse processo, com Angola atingindo a posição de principal fornecedor africano para a China (CARMO, 2013). Em 2015, esta importou US$ 16 bilhões de petróleo angolano, o equivalente a 8% do total das correspondentes importações chinesas; o país africano passou a figurar como 3º maior parceiro comercial da China no tocante ao petróleo, além de 1º na África (EOM *et al*., 2017). Esses resultados se magnificam quando se lhes agrega uma variável geopolítica: no começo do século XXI, a África se tornou prioridade para o Ocidente – mormente para os Estados Unidos – com respeito ao abastecimento em petróleo, e Angola sobressaía nas ofensivas então desenhadas (SERVANT, 2003).

A forte entrada de receitas petrolíferas permitiu ao governo angolano avançar na reconstrução do país e também no estímulo a outras atividades, algo importante porque cerca de 4/5 das receitas fiscais de Angola provinham do petróleo, base de mais de 90% das suas exportações (diamantes igualmente se destacam). De todo modo, Angola continua dependente desse setor, justificando um permanente empenho para diversificar a economia. À agricultura é atribuído um papel chave nesse processo.

Cabe ressaltar que o comércio entre China e Angola (e com outros países africanos) baseia-se também nas atividades de zonas econômicas especiais (ZEEs). Observadas na atuação chinesa na África, essas zonas tiveram grande importância no próprio território do país asiático, para fomentar a produção industrial e as exportações (GEREFFI, 2007). A criação de ZEEs africanas começou em 2006, quando o governo chinês anunciou apoiar cerca de 50 dessas zonas no continente. Em Angola, foi criada em 2009 a ZEE Luanda–Bengo, com 7 reservas industriais, 6 reservas agrícolas e 8 reservas minerais, nos municípios de Viana, Cacuaco e Icolo e Bengo, na Província de Luanda, e nos municípios de Dande e Ambriz, na Província do Bengo.

O destaque da agricultura nas relações sino-africanas não passa ao largo de Angola. Tendo como pano de fundo a intensificação, desde o fim da guerra civil (em 2002), das volumosas aquisições de terra no país por altos funcionários e angolanos ricos (GRASSI; OVADIA, 2017), entre 2011 e 2014 mais de 91 mil hectares foram comprados por empresas chinesas como CITIC *Construction*, CEIEC e CAMC *Engineering*. As atividades realizadas incluem, principalmente, plantio de grãos, leguminosas e cereais, assim como criação de gado (BRÄUTIGAM, 2015). O Quadro 1 fornece mais informações sobre essas investidas chinesas.

Quadro 1 – Angola: investimentos chineses na agricultura (2011-2014)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Nome do empreendimento | Província | Investidor chinês | Ano de início(informado) | Cultivos e pecuária previstos |
| Pedras Negras | Malange | CITIC Construction | 2011 | Milho, feijão grãos |
| Sanza Pombo | Uíge | CITIC Construction | 2012 | Arroz, gado bovino |
| Kamacupa | Bié | CAMC Engineering | 2012 | Grãos, peixe |
| Longa | Cuando-Cubango | CAMC Engineering | 2012 | Arroz, gado bovino |
| Camaiangala | Moxico | CEIEC | 2013 | Grãos  |
| Manquete | Cunene | CEIEC | 2014 | Arroz, gado bovino |
| Cuimba | Zaire | CAMC Engineering | 2014 | Grãos  |

Fonte: Chinese agricultural investments in Africa (2018)

Além disso, está em construção desde 2016 o Centro Piloto de Tecnologia Agrícola, primeiro ATDC do país, no Munícipio do Icolo e Bengo (Província de Luanda). De conclusão prevista para o final de 2019, a obra é realizada pela chinesa Xingjian Bei Xin Construção e Engenharia Co., Ltda. O Ministério da Agricultura de Angola fornece energia elétrica, água e segurança no local da obra (ANGOLA, 2015).

Mas, para além das mencionadas inversões em infraestruturas, as interações China-Angola transcendem o grande interesse na agricultura. As 200 bolsas de formação técnica para jovens angolanos indicadas em abril de 2018 pela Embaixada da China em Angola referiam-se a finanças, infraestruturas, saúde, logística, minas, comunicação social, turismo, comércio e investimento (BUCKLEY *et al*, 2017; ANGOP, 2018a). Realizados em cidades como Beijing, Shanghai, Changsha e Nanjing, os cursos durariam de 20 a 30 dias, com a China assumindo os encargos de logística na estadia dos bolsistas, para lhes permitir conhecer experiências de desenvolvimento e costumes locais.

**4 A Jiangzhou no Município da Tchicala Cholohanga: perfil e implicações**

O presente estudo foi motivado pelas atividades de uma *joint-venture* entre a Empresa de Desenvolvimento de Tecnologia Agrícola Jiangzhou Co. Lda. e a empresa angolana Dajiang Construction Co. Lda., intitulada Jiangzhou Agriculture, Lda. (doravante Jiangzhou), cujo contrato com o governo angolano foi aprovado no Despacho Presidencial n.º 173/17, de 10/7/2017. Situada no Município da Tchicala Cholohanga, a Jiangzhou tanto cultiva cereais, leguminosas e produtos hortícolas como cria gado bovino e caprino, voltada para mercados como China, Portugal e Brasil. Suas operações começaram em julho de 2016, embora o contrato tenha sido firmado um ano depois. Quanto à responsabilidade social, previam-se escola com 12 salas de aula, centro de saúde e 12 bolsas de estudos para habitantes da aldeia do Sachitemo, contigua ao empreendimento (ANGOP, 2017).

A seguir discutem-se informações obtidas na pesquisa de campo sobre a atuação da Jiangzhou. Focalizam-se basicamente os aspectos de expropriação de terras comunitárias, originando conflitos, restrição a cultivos familiares e precária comunicação entre a administração pública e a comunidade afetada.

*4.1 Expropriação de terras: conflito entre a Jiangzhou e agricultores do Sachitemo*

 A expropriação de terras e os problemas associados configuram tema recorrente em várias regiões de Angola, pela frequência de conflitos. O crescimento do agronegócio é um importante fator, devido à atração que a propriedade ou a posse de terras passa a representar (LAND-GRABBING..., 2016). Na Província do Huambo, por exemplo, em 2016 havia 2,5 mil registros de ocupação nos dados do Instituto Geográfico Cadastral de Angola (IGCA. No primeiro trimestre de 2018, no Município da Tchicala Cholohanga, 230 conflitos foram detectados pela direção local do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente (ANGOP, 2016; ANGOP, 2018b).

Dois enfoques marcam os correspondentes debates. Um é jurídico–estatal, escorado na Lei de Terras (Lei nº 9/04, de 9/11/2004). O outro se ocupa das terras comunitárias em zonas rurais, onde incide o direito costumeiro por meio dos Sobas, líderes tradicionais – chefes de linhagem – que organizam e mobilizam as comunidades. Note-se que a própria Lei de Terras preserva o direito das comunidades e dos sistemas tradicionais de posse (FAO, [S.d.a]). Nos seus termos, o Estado é o proprietário de origem, e o uso privado rege-se pela transferência dos direitos de posse perpétua, exigindo-se justificativa em cada caso. Pela lei, as licenças ou os títulos de propriedade e posse são concedidos por: Sobas para áreas não maiores que 2 hectares; autoridades municipais ou comunais para aquelas de 2 a 1000 hectares; governadores ou autoridades provinciais para as de 1 mil a 10 mil hectares; governo central para as superiores a 10 mil hectares.

Os Sobas das aldeias dividem os terrenos entre os membros das comunidades conforme as necessidades de alimentos e lenha. Também imigrantes podem usufruir da concessão, desde que o Soba consulte o chefe geral da aldeia (conhecido como Seculu, geralmente um ancião local). Ora, nas concessões não há emissão de títulos de propriedade pelo governo, e, assim, nos locais em que a obtenção da posse da terra se baseia no direito comunitário, os conflitos registrados têm a ver, basicamente, com a falta desses documentos (FAO, [S.d.b]).

Esse problema caracterizou o empreendimento da Jiangzhou, cujo projeto, com área inicial de 7 mil hectares, despertou o interesse da administração municipal da Tchicala Cholohanga, após nota a respeito do próprio governo provincial. O advogado que defende os interesses da comunidade do Sachitemo, entrevistado em 24/09/2018, disse que houve negociação envolvendo representantes da empresa e do governo. Mas, “Durante as negociações apuramos que a empresa não tinha nenhum documento, como título de propriedade, para explorar a área. Um dos representantes da empresa começou a dar algum dinheiro às pessoas da comunidade, por trás das negociações”. Sobre esse claro caso de suborno, o Soba do Sachitemo, entrevistado em 22/09/2018, informou: “Ouvi dizer que alguns recebiam dinheiro, [...] e as pessoas abandonavam as suas lavras e tinham de procurar onde trabalhar. Nós não queremos isso; queremos que nos façam um hospital e uma escola, mas desde o início até hoje nada está a aparecer”.

 O problema se agudizou com a expansão das atividades da Jiangzhou, em curso desde julho de 2016. A fazenda tinha área de produção de 7 mil hectares (fora o espaço para residência dos técnicos chineses), e a ampliação das atividades previa o uso de 10 mil hectares. Isso reverberou em conflito em torno da expropriação de terras comunitárias, pois as decorrentes restrições aos cultivos de cunho familiar atingiram fortemente os agricultores do Sachitemo. São sugestivas as palavras de agricultores locais em reportagens de uma rádio de Huambo: “Nossas terras foram desapropriadas; não temos mais o que fazer. Desapropriaram no Pungúa, Kangalo, Kasseque e Sachitemo. Estão a arrancar tudo, a partir da Fátima, para os chineses.” (Depoimento de agricultora do Sachitemo à Rádio MAIS, em 21/02/2017).

O clima de tensão resultou em processo no tribunal provincial, com ajuizamento de ação de restituição de posse pelo advogado dos agricultores. O processo encontra-se em andamento, e o quadro é complexo. Como indicado, o acesso à terra no meio rural ocorre por compra, empréstimo ou herança, em geral nos termos do direito costumeiro. Assim, embora o direito positivo estabeleça que a terra é propriedade originária do Estado, as comunidades rurais têm enfrentado dificuldades para lidar com conflitos provocados pela apropriação ou expropriação de terras. São sugestivos os comentários do Regedor, uma autoridade local, sobre o assunto:

O projeto, quando veio, já encontrou lavras; esta é uma área em que o Sachitemo já estava. O terreno é mesmo do povo; aqui não há reserva do governo. Apesar disso, nós aceitando ou não, o projeto não para; estão sempre a derrubar as lavras [e ampliando a área de produção] (Entrevista com o Regedor do Sachitemo em 22/09/2018).

Também eloquentes são os depoimentos de agricultores do Sachitemo extraídos das aludidas reportagens da Rádio MAIS:

Esses terrenos eram dos nossos mais velhos; aí deixaram para os nossos pais e estes deixaram para nós; é muito tempo. Depois nossos filhos vão cultivar onde? Não tem lugar (Depoimento de agricultora do Sachitemo à Rádio MAIS, em 21/02/2017).

Pegaram nossas terras, não temos mais o que fazer. O Governador deve fazer tudo para nos ajudar [...] Esses terrenos eram dos nossos bisavôs e nos ajudavam com a agricultura (Depoimento de agricultor do Sachitemo à Rádio MAIS, em 21/02/2017).

No vértice da questão encontra-se, como se percebe, a problemática da agricultura familiar, principal atividade e fonte básica de subsistência e renda das famílias do Sachitemo. Os agricultores com terrenos (lavras) na área do projeto da Jiangzhou apontaram grandes dificuldades para irrigar suas terras em períodos não chuvosos, devido ao bloqueio do acesso ao rio Cunene. Esse problema lhes ameaça a própria subsistência, constituindo aspecto central das adversidades ligadas à fome e à pobreza na comunidade. É significativo este depoimento, obtido de uma agricultora do Sachitemo em 21/02/2017 pela Rádio MAIS: “Os nossos terrenos [foram tomados]; não tenho marido; tenho de trabalhar para as crianças comerem, não tenho quem me ajude. [...] O governo tem que fazer algo [...]”.

 Não escaparam às críticas os quadros técnicos e administrativos do setor público local. Segundo o Regedor, entrevistado no Sachitemo em 22/09/2018, “O Administrador [comunal] do Sambo, que assistiu a vinda do projeto, [...] sensibilizou o povo com muitas mentiras; [...] onde podemos nos queixar se o governo nos faz essas coisas?” Mais ainda: “Isso só está assim por falta de falar com a população”, afirmou agricultor entrevistado em 22/09/2018. Ouviu-se igualmente que “A administração da Tchicala Cholohanga é a mesma que está a desapropriar a terra das pessoas. Vão resolver o quê?” (Depoimento de agricultor à Rádio MAIS, em 23/02/2017). Com efeito, a falta de diálogo entre as partes foi apontada entre as causas principais do agravamento do conflito entre a Jiangzhou e as famílias do Sachitemo: “O administrador [municipal] não se mostrava disponível para o diálogo”, afirmou o Regedor local, entrevistado em 22/09/2018.

*4.2 Visão institucional sobre a atuação da Jiangzhou*

 Apreciações institucionais foram obtidas em órgãos do governo, como o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) e o Instituto Nacional de Cereais (INCER), do Ministério da Agricultura, e na já mencionada ONG ADRA. Há semelhança nas considerações, que se concentraram nas características do empreendimento da Jiangzhou, no problema da expansão da área da fazenda (origem principal dos conflitos mais agudos) e nos reflexos locais das atividades.

Chamou a atenção a convergência das apreciações sobre a falta de informações e o desconhecimento das atividades da empresa. O chefe de departamento do IDA, entrevistado em 24/09/2018, assinalou: “Já ouvi falar, mas nunca fui lá”. O chefe interino de departamento do INCER, entrevistado na mesma data, destacou: “Temos conhecimento da empresa, mas nunca fomos lá; [...] não temos meios de lá chegar, pela falta de transporte”. A diretora da ADRA, entrevistada em 21/09/2018, corroborou o problema da opacidade: “Temos conhecimento da existência da empresa, mas com pouca informação. Não temos informação sobre a essência do trabalho que desenvolve. Percebemos a existência por causa desse conflito que surgiu”.

Sobre a pretensão da Jiangzhou de ampliar a área de produção, origem básica do agravamento do conflito com os agricultores da aldeia do Sachitemo, o entrevistado no IDA assim se manifestou:

A questão de posse e uso de terras é de inteira responsabilidade do governo da província [...]. É preocupação do governo de Angola clarificar a questão das terras comunitárias, que não devem ser usurpadas por terceiros. [...] Nós, enquanto instituição que apoia o desenvolvimento comunitário, temos que fazer chegar [essa preocupação] às instituições e dar o nosso ponto de vista para que as comunidades consigam delimitar as suas terras [...]. Nosso posicionamento é dar informação aos grupos para que despertem para a importância da legalização de terras [...]. (Entrevista com o chefe do departamento do IDA realizada no Município do Huambo em 24/09/2018).

 O chefe interino de departamento do INCER, em entrevista efetuada no Município do Huambo em 24/09/2018, registrou o seguinte:

Nós já ouvíamos falar desse tipo de conflito [...]. Havia muitas queixas por parte de alguns camponeses isolados, que viam as suas terras serem ocupadas por essa empresa. Bem, isso é mau, porque é um grupo de famílias que fica sem produzir, é um grupo de famílias que poderão passar fome, e em benefício de uma empresa que a própria produção, em si, tem sido escoada para fora.

 Sobre a importância do investimento chinês para o setor agrícola angolano, a diretora da ADRA assim falou, em entrevista no Município de Huambo em 21/09/2018:

Angola está num processo de desenvolvimento, e [...] tem recorrido a parcerias com a China. [...] Isso traz benefícios para Angola, mas [...] cremos que poderá também trazer alguns problemas [...]. Não atribuo muito [...] as falhas à China, mas sim a nós, os angolanos. Porque nós somos os donos da terra, e nós é que devemos ditar as regras ao negociarmos essas parcerias. Temos vindo a constatar que [...] o governo angolano não optou pela via do diálogo com as comunidades; a tendência foi sempre [...] impor-se e não ouvir a opinião da sociedade civil e das comunidades. [..] Os chineses encontram maior facilidade nas zonas rurais devido à falta de conhecimento, de acesso à informação dessas comunidades para poderem defender seus direitos e salvaguardar seus interesses.

**5 Tangenciando a questão dos reflexos socioeconômicos da presença da Jiangzhou**

 Fala-se primeiramente dos aspectos relativos ao trabalho na Jiangzhou. Em seguida aborda-se o compromisso da empresa para com a localidade no tocante aos acordados termos da sua responsabilidade social.

*5.1 Problemas do trabalho no empreendimento da Jiangzhou*

Dos trabalhadores angolanos da Jiangzhou entrevistados, 90% eram homens. Essa mão de obra, para além das atividades agrícolas, atuava também em construção (como de instalações para armazenamento dos produtos). Tratava-se de jovens (de 18 a 25 anos) com escolaridade, para 80%, que só atingia os ensinos primário e secundário. Aspectos de condição de trabalho e remuneração podem ser tratados com base nos depoimentos, indicativos de como a empresa atua e das preocupações dos entrevistados.

Não há, pelo observado, vínculos empregatícios com a Jiangzhou; os trabalhadores atuam em regime de “boia-fria”. As manifestações abaixo, obtidas em 22/09/2018 junto a trabalhadores da fazenda, informam sobre condições de trabalho:

[...] eles nos tratam tipo “somos escravos deles”. A pessoa não pode descansar, te mandam logo trabalhar (Entrevista com o trabalhador nº4).

Se falhas um trabalho, para te ensinarem levas primeiro uma chapada [tapa]. Se não queres levar uma chapada, tens de ter força para medir com ele (Entrevista com o trabalhador nº 1).

O trabalho estamos a levar, o que tem sido difícil é o horário; entramos às 6h e terminamos às 11:30 para repouso do almoço, voltamos às 13h para sair às 18h (Entrevista com o trabalhador nº 8).

Uma grande dificuldade na relação com os chineses refere-se à língua. Segundo o trabalhador nº 9, entrevistado em 22/09/2018, “A experiência é complicada. O idioma é diferente; aqui [falamos] umbundu, e a língua oficial é o português; a dificuldade é de ambas as partes.”

Também é problema o fato de, além da agricultura, os trabalhadores atuarem como auxiliares de obras (pedreiro). A maioria não possui experiência nesse tipo de tarefa, que consideram ser bastante penosa. A isso somam-se questões de baixa remuneração, agravadas pelas despesas com alimentação, conforme os registros a seguir, obtidos em entrevistas com trabalhadores da fazenda em 22/09/2018.

Queremos que diminuam o horário do almoço e aumentem o salário, de 700 AKZ [a moeda angolana chama-se Kwanza] por dia [equivalente a 2,32 USD] para 1300 AKZ por dia [equivalente a 4,30 USD], porque o trabalho é muito pesado (Entrevista com o trabalhador nº 1).

À vezes vamos no campo, às vezes ficamos aqui na obra a fazer blocos, descarregar os materiais dos caminhões, e o salário é pouco. Entramos às 6h e saímos às 18h (Entrevista com o trabalhador nº 7).

A comida trazemos de nossas casas. Se descontarmos a comida, estamos a ganhar 400 AKZ/dia [equivalente a 1,30 USD]; uma das principais dificuldades é a comida (Entrevista com o trabalhador nº 5).

Se trabalhas todos os dias da semana, podes receber 21.000 AKZ [equivalente a 69 USD] no final do mês; se trabalhas uma vez ou outra na semana, consegues tirar de 13.000 a 14.000 AKZ no mês [cerca de 45 a 46 USD]. Se mudassem o salário, eu continuava, mas se for o mesmo, acho que não, porque o trabalho é muito pesado (Entrevista com o trabalhador nº8).

A falta de opções agrava os problemas, pois os trabalhadores se veem praticamente forçados a continuar na Jiangzhou:

No Huambo o trabalho também está difícil; só encontramos trabalho de segurança [vigilante] e não queremos por causa dos perigos (Entrevista com o trabalhador nº 5).

O trabalho é muito forçado e o dinheiro é pouco; estamos a depender deles [...]; se tivesse outra opção, mudaria (Entrevista com o trabalhador nº 3).

Não gosto de trabalhar aqui, mas pretendo continuar; se houvesse outro lugar, sairia (Entrevista com o trabalhador nº 2).

Pretendo ficar, mas se aparecer outro trabalho vou sair (Entrevista com o trabalhador nº7).

Vou continuar; é o único trabalho que temos aqui (Entrevista com a trabalhadora nº 10).

Cabe assinalar que o Decreto Presidencial nº 91/17, de 07/06/2017, assim atualizou o salário mínimo nacional e os salários mínimos dos agregados econômicos: AKZ 16.503,30 (USD 53,56) para o salário mínimo nacional; AKZ 24.754,95 (USD 80,35) para comércio e indústria extrativa; AKZ 20.629,13 (USD 66,94) para transportes, serviços e indústria de transformação; AKZ 16.503,30, o mesmo do salário mínimo nacional, para a agricultura. Logo, o setor agrícola tem a menor remuneração, o que ajuda a explicar a baixa renda dos trabalhadores nacionais da Jiangzhou.

*5.2 Repercussões locais, prevalência de frustrações*

No contrato de investimento aprovado em 2017 pelo governo de Angola, cláusula sobre a responsabilidade social da Jiangzhou para com os moradores da Tchicala Cholohanga definiu ações sintonizadas com os objetivos socioeconômicos que o país definira para as interações com investidores estrangeiros, de um modo geral. Amplos, tais objetivos incluíam: incentivo ao crescimento da economia; promoção do bem-estar da população; apoio às regiões mais desfavorecidas; aumento da eficiência e da capacidade produtiva, com incorporação de matérias primas locais e elevação do valor agregado dos bens produzidos; indução à criação de empregos para trabalhadores nacionais; fortalecimento da qualificação da mão de obra; transferência de tecnologia; alcance de abastecimento eficaz do mercado interno; promoção da capacitação empresarial; reabilitação, expansão ou modernização das infraestruturas para a atividade econômica.

As informações obtidas na pesquisa de campo oferecem uma ideia sobre o que resultou até agora no Sachitemo da atuação da Jiangzhou, quanto à responsabilidade social da empresa. O contexto geral é o indicado pela diretora da ADRA, entrevistada em 21/09/2018: “[...] as empresas estrangeiras que decidem investir em Angola, a par dos investimentos que fazem, têm sempre responsabilidades sociais para com as comunidades [...]. Muitas das vezes, não cumprem; se comprometem, mas na prática não fazem nada.”

Na aldeia do Sachitemo constatou-se existir uma pequena escola que disponibiliza os níveis primário e secundário, com professores que residem na sede da província. Não foi possível conversar com os docentes, mas sim com o único enfermeiro do pequeno posto de saúde (também residente na sede provincial): em entrevista realizada em 22/09/2018, esse profissional ressaltou que os protagonistas da Jiangzhou “Não deram nada ao povo; até houve grande confusão: passaram um ano a discutir; é quando surgiu a promessa de darem o centro de saúde e a escola”. A promessa de construir uma escola e um centro de saúde, apresentada nas negociações, seria uma ação própria das responsabilidades sociais em relação à comunidade, associada ao cumprimento dos objetivos do projeto de investimento. Mas o prometido não se materializou

Sobre a ativação da economia local como reflexo da atuação da empresa, sequer ocorreu aumento do comércio de grãos na área. Os produtos da Jiangzhou vão para a capital angolana, e daí ao exterior: o chefe interino do INCER, entrevistado em 24/09/2018, disse ser processo que ocorre “[...] em benefício de uma grande empresa; a própria produção[...] tem sido escoada para fora”. À falta de encadeamentos locais que possam adensar economicamente o território, soma-se retração de atividades ligada aos problemas de terra. O enfermeiro entrevistado, observador da realidade local, revelou que, anteriormente, “[...] as senhoras que [depois] perderam suas terras andavam a colocar algumas coisas na pracinha para vender. Mas, desde que as perderam, não estão a vender nada [...]. Isso [...] demonstra que, como perderam as lavras, há um prejuízo para o povo.”

Pelo que se nota, a presença chinesa ligada à Jiangzhou não tem gerado, de fato, benefícios para os agricultores e moradores da aldeia de Sachitemo. Como se falou, os trabalhadores locais não têm vínculo empregatício com a empresa e, geralmente, são engajados apenas sazonalmente. No trabalho de campo exploratório, realizado em janeiro de 2018, numerosos trabalhadores vindos de províncias e municípios vizinhos tinham sido registrados. Em setembro daquele ano, durante a pesquisa propriamente dita, a situação havia mudando: a maioria dos trabalhadores residia na Comuna do Sambo, no Município da Tchicala Cholohanga.

Como se viu, os trabalhadores da Jiangzhou padecem com excessiva jornada de trabalho, baixa remuneração e dificuldades em alimentação e comunicação com os chineses, não faltando agressões físicas. Entre os agricultores do Sachitemo, os problemas abrangem conflito de terra, retração da atividade agrícola e precariedade do diálogo envolvendo comunidade, empresa e administração pública local sobre os embates. Em que pese o processo no tribunal provincial, o equacionamento do conflito fundiário deverá demorar, até que ocorram as audiências e se avance rumo ao desfecho.

**6 Considerações finais**

Desde a virada do século, as relações sino-angolanas ganharam nova dimensão, à reboque da concessão de crédito chinês para o programa de reconstrução nacional do governo de Angola. Numerosos projetos eram contemplados, na maioria sobre infraestruturas para favorecer o desenvolvimento econômico e social no país. Nesse processo, Angola tem recebido financiamentos da China, acompanhados de investimentos em várias atividades. As relações comerciais bilaterais foram assim impulsionadas, e Angola logrou sobressair como fornecedor de petróleo para aquele país, o que se refletiu no desempenho da economia do país africano.

Como ocorre em diferentes experiências desse tipo, os investimentos chineses em Angola se inserem em política do país asiático (*Going Global*) na qual se coloca em destaque o setor agrícola. Um objetivo maior é atender a grande demanda por alimentos da população da China, que enfrenta grandes carências locais em recursos como terra arável e água potável. Essa escassez faz a China se voltar para mercados sobretudo africanos, mas também latino-americanos, objetivando adquirir terras para cultivos, não raramente efetuados em *joint-ventures*. O empreendimento Jiangzhou Agriculture, Lda., foco deste artigo, assim se caracteriza.

A presença chinesa na agricultura africana tem envolvido investimentos diretos e programas de cooperação, e Angola não representa exceção nesse quadro geral. Todavia, a julgar pela experiência da Jiangzhou, estudos prévios de viabilidade são sempre necessários, e um efetivo diálogo com as comunidades rurais, nas áreas dos projetos, deve constituir tipo de procedimento inescapável. Isso é importante para evitar situações dramáticas e conflituosas entre as partes envolvidas, como a constatada junto aos agricultores do Sachitemo – ao que tudo sugere, bastante prejudicados –, e para que se possa avançar em benefícios para as populações implicadas.

Atitudes diferentes das testemunhadas junto a representantes da administração pública local poderiam ter ajudado a lidar com o problema surgido ou agravado quando a Jiangzhou decidiu aumentar a área das suas atividades. De fato, chamam a atenção os reflexos dessa investida: aprofundaram-se as restrições à agricultura familiar, ampliando o problema da fome e ameaçando a subsistência das famílias dos agricultores.

O *modus operandi* da Jiangzhou reflete os interesses da China quanto à segurança alimentar e ao aproveitamento de oportunidades de negócios. Contudo, tratando-se de *joint-venture* – o que, em princípio, deveria valorizar interesses angolanos –, uma melhor abordagem sobre questões como as detectadas na pesquisa de campo poderia ser protagonizada. Tem-se em mente, sobretudo, o que se observou de preocupação dos trabalhadores com a baixa remuneração auferida, um problema agravado pelas despesas de alimentação, associado ao tamanho da jornada de trabalho e ao próprio exercício das atividades. Comparados, por exemplo, aos da construção civil, esses trabalhadores recebem pagamentos reduzidos, o que em parte traduziria a escassa importância aparentemente atribuída à agricultura pelo governo angolano.

De todo modo, a experiência estudada leva a concluir que, embora a presença chinesa possa se mostrar promissora em países e regiões pobres da África, o diálogo e a participação efetiva das comunidades nas decisões em torno das correspondentes iniciativas são sempre necessários. Os integrantes das instituições governamentais, em diferentes níveis, têm a responsabilidade de fiscalizar as atividades das empresas, notadamente quanto ao cumprimento das compromissos sociais definidos durante a negociação dos contratos de investimento. Sem isso, é enorme o risco de que grupos sociais inteiros fiquem à mercê de interesses distantes, sem conexão com os reais problemas locais.

**Referências bibliográficas**

A CONTINENT goes to war. *The Economist*, p. 47-48, Oct. 3rd 1998.

ABI-HABIB, M. How China got Sri Lanka to cough up a port. *The New York Times*, June 25, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/06/25/world/asia/china-sri-lanka-port.html>>. Acesso em: 02/7/2019.

ANGOLA. *Memorando sobre a participação de Angola na 6ª Conferência Ministerial e na 2ª Cimeira de Chefes de Estado e do Governo do Fórum de Cooperação China-África.* Luanda: Ministério das Relações Exteriores, Direção da Ásia e Oceania, 2015*.*

ANGOLA. *Plano de desenvolvimento de médio prazo do setor agrário*: 2018-2022. Luanda: Ministério da Agricultura, 2017.

ANGOLA’S uneasy peace. *The Economist*, p. 49-50, Sep. 16th 1995.

ANGOP – Agência Angola Press. *IGCA possui 2.516 registros de ocupação de terra no Huambo*. 24 jun. 2016. Disponível em: <http://m.portalangop.co.ao/angola/pt\_pt/mobile/noticias/sociedade/2016/5/25/IGCA-possui-516-registos-ocupacao-terra-Huambo,45cf2ee6-cfef-4079-b352-01e9d46e6cd4.html?version=mobile >Acesso: 15/9/2018.

ANGOP – Agência Angola Press. *Huambo: empresários chineses apostam na agro-pecuária*. 14 jul. 2017. Disponível em: <http://www.angop.ao/angola/pt\_pt/noticias/economia/2017/6/28/Huambo-Empresarios-chineses-apostam-agro-pecuaria,85674ff8-12be-4c16-a96b-2e7db147e985.html> Acesso em: 15/9/2018.

ANGOP – Agência Angola Press. *China concede 200 bolsas a angolanos.* 4 abr.2018a. *Dis*ponível em: < https://www.angop.ao/angola/pt\_pt/noticias/educacao/2018/3/14/China-concede-200-bolsas-angolanos,6563a941-2331-4b20-bda2-b3deeb4e08e0.html>. Acesso em: 18/9/2018.

ANGOP – Agência Angola Press. *Registados* (sic) *acima de 200 conflitos de terra este ano*. 13 mar. 2018b. Disponível em: <http://m.portalangop.co.ao/angola/pt\_pt/mobile/noticias/sociedade/2018/2/11/Registados-acima-200-conflitos-terra-este-ano,d9f1558e-ec8d-4639-9b38-bca21243fdbd.html?version=mobile>. Acesso em: 18/9/2018.

ARRIGHI, G. The African crisis: world systemic and regional aspects. *New Left Review*, n. 15, p. 5-36, May-June 2002.

BRÄUTIGAM, D. *Will Africa feed China?* New York: Oxford University Press, 2015.

BRÄUTIGAM, D.; ZHANG, H. Green dreams: myth and reality in China’s agricultural investment in Africa. *Third World Quarterly*, v. 34, n. 9, p. 1676-1696, 2013.

BRIE, C. de. L’Afrique à l’aune du développement virtuel. *Le Monde Diplomatique*, n. 523, p. 16-17, Oct. 1997.

BUCKLEY, L. Chinese agriculture goes global: food security for all? *IIED Policy Brief*, London: International Institute for Environment and Development, 2012.

BUCKLEY, L.; RUIJIAN, C.; YANFEI, Y.; ZIDONG, Z. Chinese agriculture in Africa: perspectives of Chinese agronomists on agricultural aid. *IIED Discussion Paper*, London: International Institute for Environment and Development, 2017.

CARMO, C. R. *Modo Angola*: o impacto da intervenção da China no desenvolvimento socioeconômico de Angola. 2013. 44 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2013.

CHEN, M. Official aid or export credit: China’s policy banks and the reshaping of development finance. *GCI Working Paper*, n. 1, June 2018. (Global China Initiative, Global Development Policy Center, Boston University).

CHINESE agricultural investments in Africa. *China-Africa Research Initiative*. Baltimore: Johns Hopkins School of Advanced International Studies, July 2018. Disponível em: <<http://www.sais-cari.org/data-chinese-agricultural-investments-in-africa>> Acesso em: 30/6/2019.

COTULA, L.; VERMEULEN, S.; LEONARD, R.; KEELEY, J. *Land grab or development opportunity?* Agricultural investments and international land deals in Africa. IEED/FAO/IFAD, 2009. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ak241e/ak241e00.htm>> Acesso em: 01/7/2019.

DREHER, A.; FUCHS, A.; PARKS, B.; STRANGE, A.; TIERNEY, M. Aid, China, and growth: evidence from a new global development finance dataset. *AidData Working Paper*, n. 46, 2017.

EOM, J.; HWANG, J.; ATKINS, L.; CHEN, Y.; ZHOU, S. The United States and China in Africa: what does the data say? *Policy Brief*,n. 18, p. 1-8, 2017. (SAIS China Africa Research Initiative).

FAO. *Angola*: customary norms, religious beliefs and social practices that influence gender-differentiated land rights.Rome: FAO-Gender and land rights database. [S.d.a]. Disponível em: <http://www.fao.org/gender-landrights-database/country-profiles/countries-list/customary-law/en/?country\_iso3=AGO>. Acesso em: 06/8/2018.

FAO. *Angola*: prevailing systems of land tenure. Rome: FAO-Gender and land rights database. [S.d.b]. Disponível em: <http://www.fao.org/gender-landrights-database/country-profiles/countries-list/land-tenure-and-related-institutions/en/?country\_iso3=AGO>. Acesso em: 06/8/2018.

GEREFFI, G. Promessa e desafios do desenvolvimento. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 223-248, 2007.

GRASSI, A. de; OVADIA, J. S. Trajectories of large-scale land acquisition dynamics in Angola: diversity, histories, and implications for the political economy of development in Africa. *Land Use Policy*, v. 67, p. 115-125, 2017.

HODZI, O. China and Africa: economic growth and a non-transformative political elite. *Journal of Contemporary African Studies*, v.36, n. 2, p. 191-206, 2018.

JIN, J.; GALLAGHER, K. P. Slowing down, powering up: 2017 Chinese energy development finance. *GEGI Policy Brief*, n. 5, p. 1-5, 2018. (Global Economic Governance Initiative, Global Development Policy Center, Boston University*).*

KLARE, M. *The race for what’s left*: the global scramble for the world’s last resources*.* New York: Picador, 2013.

LAND-GRABBING as a path to riches and status in Angola. Maka Angola, 29 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.makaangola.org/2016/01/land-grabbing-as-a-path-to-riches-and-status-in-angola/>> Acesso em: 29/6/2019.

MENEZES, G. R. de. *As novas relações sino-africanas*: desenvolvimento e implicações para o Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

SCHMITZ, C. M. Performing “China in Africa” for the West: Chinese migrant discourses in Angola. *Asian and Pacific Migration Journal*, v.27, n. 1, p. 9-27, 2018.

SERVANT, J.-C. Offensive sur l’or noir africain. *Le Monde Diplomatique*, n. 586, p. 19, Jan. 2003.

SMALLER, C.; WEI, Q.; YALAN, L. *Farmland and water*: China invests abroad. Winnipeg: International Institute for Sustainable Development, 2012. (IISD Report).

SUB-SAHARAN Africa. *The Economist*, Sep. 7th 1996. (Survey).

THE HEART of the matter. *The Economist*, p. 22-24, May 13th 2000.

VISENTINI, P. *A África e as potências emergentes*: nova partilha ou cooperação sul-sul? Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VRIES, E. de. China-África: relações econômicas potenciam aprendizagem de mandarim. *Deutsche Welle*, 26 maio 2018. Disponível em < https://www.dw.com/pt-002/china-%C3%A1frica-rela%C3%A7%C3%B5es-econ%C3%B3micas-potenciam-aprendizagem-de-mandarim/a-43934818>. Acesso em: 10/7/2018.

XINHUA NEWS. *China a sincere partner for African countries: Rwandan experts*. 25 jul. 2018. Disponível em : <http://www.xinhuanet.com/english/africa/2018-07/25/c\_137345941.htm>. Acesso em: 01/7/2019.

XU, X.; LI, X.; QI, G.; TANG, L; MUKWEREZA, L. Science, technology, and the politics of knowledge: the case of China’s Agricultural Demonstration Centers in Africa. *World Development*, v.81(C), p. 82-91, 2016.

YERGIN, D. *A busca*: energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.